**REFLEXÕES A PARTIR DO DIREITO DA PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS NA ESCOLA**

 *Verônica Belfi Roncetti Paulino*[[1]](#footnote-1)

**EIXO TEMÁTICO:** Participação das crianças em pesquisas e na gestão institucional

**RESUMO**

Este trabalho, tem como objetivo discutir sobre o trabalho escolar por meio de uma lógica discursiva de controle, sustentada no argumento da vulnerabilidade da infância. De abordagem qualitativa, adotou o procedimento pesquisa documental. A base teórico fundamenta-se na sociologia da infância. Verifica-se que a fabricação social da infância no espaço escolar, intercambiada pelos mecanismos de engrenagem da organização racionalizada, privando as crianças de manifestarem seus anseios, sua espontaneidade. Aventa a emergência de promover e garantir os direitos de participação escolar das crianças.

**Palavras-chave**: Infância; Escola; Participação das crianças.

**INTRODUÇÃO**

O presente trabalho, derivado da pesquisa de doutorado[[2]](#footnote-2) em andamento, tem como objetivo discutir a construção social da infância nos espaços-tempo institucionais com as novas obrigações, quer dizer, o trabalho escolar, entretanto, não visto como trabalho, mas sim uma preparação para o futuro, por meio de uma lógica discursiva de controle, autoritária e paternalista, sustentada no argumento da vulnerabilidade da infância. Uma lógica complexa, “bem-orquestrada de proteção da vida das crianças, de sua saúde, de seu desenvolvimento, e de suas capacidades inatas, além da proteção contra si próprias, contra ambientes perigosos, contra outras crianças e adultos e classes perigosas [...]” (QVORTRUP, 2015, p. 16).

Nesses processos de proteção e vigilância despontam “particulares assimetrias de poder, e consolida em graus variados a dominação de certos grupos ou classes sobre outros [...]” (GIDDENS, 2002, p. 140), por meio de uma rede de relações e interdependências (ELIAS, 1996) da atividade social. Nesse cenário de “[...] transformações, cujos efeitos colaterais se fortalecem com a materialização da urbanização, secularização, individualização, democratização, intimização da família e nas mudanças demográficas [...]” (QVORTRUP, 2015, p. 18), manifesta-se claramente a separação crescente entre as gerações através do enfraquecimento do lugar da criança na vida social e sucessivamente o seu confinamento no espaço-tempo escolar com vistas à proteção e controle da infância.

No jogo específico na arena da atividade social, Qvortrup (2015, p. 25) ressalta que “[...] a modernidade em seu projeto de sequestro das crianças do mundo clandestino dos adultos [...]” tem gerado uma falta de confiança nas qualidades da criança e consequentemente confinado elas em espaços-tempo institucionais específicos com “sequências temporais planejadas” sob vigilância constante por parte dos adultos. Essas relações repercutem no desenvolvimento das ações de interesses das crianças, privando-as de manifestarem seus desejos, seus anseios, sua espontaneidade.

Nesse sentido, a construção social da infância está imbricada aos novos modos e práticas de governar as crianças, constituídos mediante a um “aparato de vigilância[[3]](#footnote-3)” e com a prescrição de “padrões de normalidade” (SARMENTO, 2004), ou seja, conhecimentos referentes ao desenvolvimento da criança pautado pelos discursos filosófico e pedagógico. Estes discursos predominantes partem da ideia constitutiva da criança incapaz, indefesa, incompetente, imprópria, irracional, inadequada e sem valores instrumentais e morais e por essa razão necessita “[...] ser disciplinada e conduzida moralmente aos processos de instrução” (SARMENTO, 2005, p. 368).

Tendo em vista as perspectivas apresentadas, estruturamos o estudo em dois movimentos de reflexões baseados nas abordagens da sociologia da infância: Apresentamos, primeiramente, o ofuscamento da infância enquanto fenômeno social nos discursos teóricos que concebem esta categoria como uma fase da vida, natural e universal, onde destacamos o reconhecimento das crianças como sujeitos sociais e de direitos. Seguidamente, destacamos a participação ativa das crianças na vida social e política e a política vida. Finalizamos mediante as considerações a respeito da necessidade de promover e garantir a participação escolar das crianças, reconhecendo-os como sujeitos de direitos.

**Infância e discursividade: Implicações teóricas**

No curso da história das ciências humanas e sociais, a constituição dos pressupostos teóricos acerca de uma “percepção de criança compatível com as suas percepções particulares da vida social e com as suas especulações sobre o futuro” (JENKS, 2002, p.185), não tem dado conta de explicar as questões pelas quais envolvem a infância como uma “modelação emergente da ação”. Segundo Jenks (2002), os estudos da infância acabaram por conceber a criança, por um lado, como um exemplo de particularidade e diferença e, por outro lado, atingir e explicar “a integração dessa diferença numa noção de ordem e generalidade mais vasta, que engloba a sociedade adulta” (JENKS, 2002, p.187).

Neste modelo estabelecido em formas institucionais, atendendo a ideologia desenvolvimentista subjacente nas convenções e discursos, a criança é vista como uma construção social de um contexto social particular, por meio de uma imagem formal, corporizada, totalizante e uniforme da infância (JENKS, 2002). A “metáfora do crescimento” habitada no imaginário coletivo e nas abordagens acerca da infância pela constituição da morfologia física, isto é, das transformações dos “sinais físicos das transformações anatômicas que acompanham a infância são vistos como indicadores de uma transição social, de tal forma que a junção das dimensões do natural e do social é perpetuamente reforçada” (JENKS, 2002, p.190-191), através de uma tendência generalizada com vistas a “naturalizar” a infância.

Conforme as postulações de Jenks (2002, p. 196), podemos entender que a infância se constitui como uma construção social e “não algo de natural; como tal, o seu estatuto constitui-se em formas de discursos particulares, socialmente localizados”. Entendendo que não existem perspectivas da teoria social neutras sobre as crianças, podemos verificar que, a constituição da criança a partir destes pressupostos anuncia uma perspectiva intencional “de forma a apoiar e perpetuar as bases fundamentais e as noções de humanidade, ação, ordem, linguagem e racionalidade das teorias particulares” (JENKS, 2002, p.196). Nesse sentido, a sociologia da infância numa perspectiva crítica tem admitido desconstruir o paradigma tradicional da infância, no qual é vista “como uma fase da vida, natural e universal e as crianças como entidades psicológicas, objetos passivos da socialização numa ordem social adulta” (JENKS, 2002, p.213).

Nesse sentido, os novos paradigmas de investigação da infância reconhece as crianças como sujeitos sociais e de direitos (NASCIMENTO, 2015). Desse modo, a constituição da infância no espaço-tempo-social envolve as experiências vividas pelas crianças na sociedade. De modo geral, urge a necessidade de demonstrar as experiências das crianças nos espaços coletivos públicos através das pesquisas a fim de contribuir para os processos de reconstituição da infância na sociedade, bem como o fortalecimento dos novos paradigmas da sociologia da infância. Tendo em vista esta necessidade, a participação das crianças, emerge como uma colaboração para sustentar as formas de construção social da infância por meio das novas abordagens da sociologia da infância.

**A Participação Ativa das Crianças**

Os estudos referenciados na sociologia da infância indicam a participação das crianças como um processo continuo de envolvimento ativo e expressão nas tomadas de decisão de diferentes níveis de assuntos que dizem respeito a suas vidas, sendo desenvolvida pelos participantes (FERNANDES, 2009), por meio das vivencias interativas nas relações sociais geracionais e intergeracionais, mediada pelo envolvimento ativo e de expressão de ideias, pensamentos, opiniões, escolhas, negociações em um determinado contexto.

Nessa visão, Fernandes (2005) acentua que o conceito participação das crianças é configurado por uma multidimensionalidade. Nestas várias dimensões, a autora aponta a participação das crianças vinculada aos princípios de recuperação dos interesses, necessidades e direitos da criança, pelo testemunho da legitimidade da sua ação social. Tais princípios, subjacente na atividade espontânea, caracterizada como ação, constituem-se no contexto materializado através das circunstâncias que as afetam, das competências de quem o exerce ou ainda as relações de poder que as influenciam.

Sendo assim, a participação das crianças está imbricada em aspectos situados nas ações de poder e autoridade, competências sociais instituídas, coerção cultural e política, forjadas no processo de interação entre adultos e crianças nas relações sociais. Estes aspectos, conforme Fernandes (2005), afetam e influenciam as relações e o exercício da participação das crianças.

Portanto, deve-se considerar que o exercício do poder nas relações entre os grupos geracionais (adultos/crianças), não são lineares nem justapostos, sofrem influências recíprocas, “tanto maiores quanto maior for à conscientização da criança face à possibilidade de participar nos assuntos que lhe dizem respeito” (FERNANDES, 2005, p. 126). Em outras palavras, independente que o grupo geracional dos adultos tenha domínio sobre conhecimentos, influência e poder em relação ao grupo geracional das crianças, este grupo geracional, por meio de suas (re)ações e resistências do poder que as atingem, atuam na forma como os adultos entendem o mesmo poder; isto ocorre pelo fato das crianças serem agentes ativos.

Nessa perspectiva, a participação das crianças é um passaporte para o ingresso de reorganização das relações entre adultos e crianças que, “para ser efetiva, terá que estar implicada na realidade social que é significativa para a criança” (FERNANDES, 2005, p.126). Deste modo, a participação das crianças é um processo relacionado entre os sentidos e significados que emergem das vivências concretas de cidadania das crianças: seus desejos, frustrações, anseios, inquietações, direitos, entre outros.

Tecidas tais considerações, Fernandes (2005, p. 152) elucida, a participação das crianças vai além do incentivo que os adultos oferecem; é originada na abertura de espaços nos quais a decisão do grupo tenha uma margem de aceitação e implementação, construída nas formas, conteúdos, qualidades e quantidades para acesso ao poder, com vistas a garantir a legitimidade e incidência social do protagonismo infantil. Nesse sentido, cabe ressaltar, que “a participação é, sem dúvida, um fator decisivo e poderoso para compreender a exclusão ou inclusão dos cidadãos nos processos de negociação e tomada de decisão acerca dos seus quotidianos” (FERNANDES, 2005, p.152).

**CONCLUSÕES**:

Este estudo apresentou uma análise a partir da construção social da infância nos espaços-tempo institucionais com novas obrigações, quer dizer, o trabalho escolar, entretanto, não visto como trabalho, mas sim uma preparação para o futuro, por meio de uma lógica discursiva de controle, autoritária e paternalista, sustentada no argumento da vulnerabilidade da infância. Pudemos verificar que a fabricação social da infância no espaço escolar, intercambiada pelos mecanismos de engrenagem da organização racionalizada que a construção social da infância está imbricada aos novos modos e práticas de governar as crianças através das lógicas autocêntricas, operadas pelos discursos predominantes que partem da ideia constitutiva da criança incapaz, indefesa, incompetente, imprópria, irracional, inadequada e sem valores instrumentais e morais e por essa razão necessita “[...] ser disciplinada e conduzida moralmente aos processos de instrução” (SARMENTO, 2005, p. 368).

Em contraposição a esse contexto explicitamente lacunar, destacamos o paradigma da infância, referenciado na sociologia da infância, que considera que todas as crianças são competentes no que fazem, “considerando a sua experiência e as suas oportunidades de vida, sendo que as suas áreas de competência são distintas das áreas de competência adulta” (SARMENTO, 2005, p. 22). Deste modo, admitimos a infância como categoria social constituída por atores sociais com direitos a participação social e política nas decisões que afetam a suas vidas, sendo urgente promover e garantir os direitos de participação escolar das crianças mediadas por uma política vida com a intenção de elas exercerem a cidadania.

Após esse percurso, esperamos ter contribuído para uma melhor compreensão acerca das ações políticas e pedagógicas que consideram a participação das crianças, diante das especificidades culturais, sociais, econômicas, configuradoras de complexidades e dissemelhanças significativas (FERNANDES, 2005), ligadas em face das questões da política-vida, da democracia dialógica na produção da cidadania nas arenas públicas. Por fim, destacamos que a democracia dialógica (GIDDENS, 2002) representa uma possibilidade de construir relações dialógicas e de confiança ativa com o(s) outro(s), neste caso, com as crianças, permitindo os avanços processos democráticos de longo alcance.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

FERNANDES, N. S. **Os Direitos das Crianças nas encruzilhadas da Proteção e da Participação**. [Zero-a seis,7(12), 8-18](file:///C%3A%5CUsers%5CVeronica%5COneDrive%5CVeronica%5CSemin%C3%A1rio%20%20Luso%20Inf%C3%A2ncia%5CZero-a%20seis%2C7%2812%29%2C8-18), 2005.Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/2100/1780>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2019>.

FERNANDES, N. S. **Infância, direitos e participação: representações, prática e poderes**. Braga: Edições Afrontamento, 2009.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

JENKS, Chris. **Constituindo a criança.** Educação, sociedade e culturas, v. 17, p. 185-216, 2002.

NASCIMENTO, M. L. B. P. Reconhecimento da sociologia da infância como área de conhecimento e campo de pesquisa: algumas considerações. In: A. L. G. FARIA, D. FINCO (Eds.), **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, p. 37-54, 2015.

PROUT. A. JENKS, C. Reconsiderar a Nova sociologia da Infância: para um estudo interdisciplinar das crianças, in **Ciclo de Conferências em Sociologia da Infância 2003/2004**. Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade de Stirlin, 2004. Disponível em: [http://www.iec.uminho.pt/ModuleLeft.aspx?md](http://www.iec.uminho.pt/ModuleLeft.aspx?mdl=~/Modules/UMEventos/EventoView.ascx&ItemID=128&Mid=37&lang=ptT&pageid=25&tabid=11). Acesso em 03 de setembro de 2019.

QVORTRUP, J. O trabalho escolar infantil tem valor? A colonização das crianças pelo trabalho escolar. In: L. R. CASTRO (Ed.), **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: Faperj, p.129-152, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 12 de julho 2019.

QVORTRUP, J. **Infância e Política**. Cadernos de Pesquisa, 40, 141, 777-792, 2010.

SARMENTO, M. J. As Culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: M. J. SARMENTO, A. B. CERISARA (Eds.), **Crianças e miúdos**: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto: Asa, p. 9-34, 2004.

SARMENTO, M. J. Visibilidade social e estudo da infância. In: SARMENTO, M. J. VASCONCELLOS, V. R. (Eds.), **Infância (in)visível**. Araraquara SP: Junqueira & Marin, p.25-49, 2005.

1. Pedagoga (Secretária Municipal de Educação de Afonso Cláudio), Mestre em Educação (UFES), Doutoranda em Educação (FEUSP). Integrante do GEPSI e RNPI, Afonso Cláudio, ES, Brasil. Contato: veronicabroncetti@usp.br. [↑](#footnote-ref-1)
2. A Participação das Crianças nos Documentos Oficiais de Políticas Educacionais. [↑](#footnote-ref-2)
3. De acordo com Giddens (1991, p.55), “a vigilância se refere à supervisão das atividades da população súdita na esfera política — embora sua importância como uma base do poder administrativo não se confine a esta esfera. A supervisão pode ser direta (como em muitas das instâncias discutidas por Foucault, tais como prisões, escolas e locais de trabalho abertos) mas, mais caracteristicamente, ela é indireta e baseada no controle da informação. ” [↑](#footnote-ref-3)